

*Inovação e Sustentabilidade sob a Ótica da
Economia Ecológica.* VITÓRIA/ES, 17 A 21 DE SETEMBRO DE 2013.
Hotel Vitória Grand Hall

**X ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA
DE ECONOMIA ECOLÓGICA**



X ENCONTRO DA ECOECO

Setembro de 2013

Vitória - ES - Brasil

A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESPÍRITO SANTO A SUA IMPORTÂNCIA NA INTRODUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO BASE PARA PRESERVAÇÃO DOS BIOMAS

Helder sarmento Ferreira

A trajetória da educação do campo no Espírito Santo a sua importância na introdução das políticas públicas como base para preservação dos biomas

Eixo temático

Sustentabilidade dos Biomas Brasileiros e as Políticas Públicas

Resumo

A política pública delineia o desenvolvimento e o CEIER é um aliado na formação de cidadãos conscientes na preservação ambiental e na sustentabilidade dos biomas, o presente trabalho visa estabelecer uma relação da trajetória das políticas públicas com o projeto de educação do campo Capixaba.

Palavras-chave: Políticas públicas, biomas e CEIER

The trajectory of rural education in the Espírito Santo to its importance in the introduction of public policy as a basis for preservation of biomes

ABSTRACT: The public policy outlines the development and CEIER is an ally in the formation of conscious citizens in environmental preservation and sustainability of biomes, this paper aims to establish a relationship between the trajectory of public policy with the design of field education Capixaba.

Introdução

O estudo deste trabalho tem como referência a cronologia do uso dos recursos naturais e da educação do campo, desde a revolução agrícola. A trajetória brasileira do uso da terra foi pautada em uma estrutura fundiária que caracteriza-se por uma relação concentradora de terras, de poder e de políticas públicas inadequadas ao seu acesso. Afim de compreendermos esta temática analisamos os movimentos do campo e sua relação com o projeto de educação do campo na luta da cidadania frente a destruição do meio ambiente e da ameaça da destruição dos biomas e da territorialidade compreendendo as suas dinâmicas no qual o agronegócio atua e sua influência na determinação dos seus espaços territoriais e os conflitos gerados tanto na exploração dos biomas e da exclusão de políticas públicas. Compreendendo a relevância que o Estado possui na promoção das políticas públicas e abordando os projetos que tem trabalhado

atualmente em prol da preservação dos Biomas e da educação do campo no Espírito Santo.

Considerações históricas

Em virtude da Primeira Revolução agrícola surgida em meados do século XIX, na Europa, foram incorporadas as primeiras tecnologias no processo produtivo agrícola que inicialmente traduziu em um aumento de produtividade e aos poucos a produção vegetal foi se afastando da produção animal, configurando uma nova etapa, chamada de revolução verde, que caracterizaria por incorporar a teoria quimista em detrimento aos processos naturais de adubação orgânica e cultivo, a valorização dos agrotóxicos que tem sua base de origem das armas químicas da 2ª guerra mundial. Inicialmente a revolução verde representou um grande avanço tecnológico pois a demanda de alimentos no mundo era acentuada em virtude da escassez de alimentos no período pós guerra, só que as elevadas safras vieram acompanhadas de muitos problemas ambientais como erosão dos solos, a perda de fertilidade, biodiversidade, contaminação do lençol freático pelos agrotóxicos e problemas de saúde nos agricultores. O manifesto ecológico de Primavera Silenciosa, de Raquel Carson, veio alertar o mundo da necessidade de refletirmos o atual modelo vigente de produção. O trabalho de Carson foi bastante relevante, mas por ser acadêmico teve influência restrita em sensibilizar a opinião mundial. O Clube de Roma foi uma conferência intergovernamental que anunciara que o crescente consumo mundial levaria a muitos problemas ambientais tanto quanto ao uso dos recursos bióticos como abióticos como principais causadores destes desequilíbrios foram apontados dentre os aspectos particulares deste evento foi o comprometimento dos participantes estarem empenhados a levarem aos líderes mundiais os resultados dos trabalhos apresentados e estarem focados na mudança do quadro ambiental apresentado. Tendo uma característica mista composta por pesquisadores e empresários, foi apresentado como relatório Os limites do crescimento estabeleceu-se nesta ocasião a adoção do princípio do desenvolvimento sustentável que seria norteador para um desenvolvimento industrial aliado a uma preservação ambiental: Em seguida houve a Conferência de Estocolmo cuja sua temática principal era o Ambiente Humano ficou determinado um plano internacional de educação ambiental. O Brasil desde o início de sua colonização teve diversos problemas na sua formação fundiária, esta problemática no campo atinge diversos setores, por não haver uma

política que garantisse o acesso a terra e principalmente o preço mínimo isto já era evidenciado no Brasil desde o processo da concessão de terras, as sesmarias, objetivando a produção açucareira tendo uma concentração fundiária sendo reforçada pelo sistemas de capitanias hereditárias adotadas por Portugal, como era proibido a ocupação de terras públicas estabeleceu os primeiros grandes latifúndios, a fim de reestruturar o cenário político em 1850 foi instituído o primeiro códigos de terra do Brasil, neste período passa a vigorar o registro de terras, o primeiro código de terras veio em um momento a atender a reorganização da estrutura fundiária recebendo uma abordagem comercial do que social, a terra neste momento tem um enfoque de ser geradora de capital para o Estado. O registro das propriedades deu mais controle ao Estado, desta forma temos o primeiro esboço de um processo de reforma agrária, sendo um período marcado pelo coronelismo e concentração de terras, durante o período de industrialização houve uma concentração urbana e a economia tem a peculiaridade na produção de bens e serviços neste período já se questionava as injustiças sociais como a guerra de Canudos uma investida armada do Exército brasileiro contra os participantes do movimento liderado por Antonio Conselheiro ocorrido no interior da Bahia os latifundiários exerceram grande pressão no movimento que foi implacavelmente combatido, este episódio foi narrado na obra de Euclides da Cunha, a temática da questão agrária tem muitos aspectos: A sociologia tem no Brasil seus estudos iniciados na década de 30 na obra de Euclides da Cunha. Na década de 30 o período conhecido como era Vargas foi marcado pelo controle dos sindicatos, adoção de legislação trabalhista um grande avanço pois veio garantir direitos trabalhistas principalmente os do campo pois até os dia de hoje ainda encontramos em situação que beira escravidão para não dizer que alguns casos se caracterizada a escravidão propriamente dita na qual encontramos agricultores com seus documentos retidos vivenciando dívidas com alimentação dentro da propriedade na qual trabalha. Devido uma crise internacional, O setor industrial vivenciou um momento de forte desemprego na indústria e crise no setor cafeeiro em virtude da queda de preços no mercado externo, neste sentido foi realizada a compra do café excedente no mercado e desta forma gerava capital para ser investido na indústria, neste contexto a reforma agrária não foi efetivamente realizada pois o capitalismo brasileiro estava voltado ao mercado externo. Até a década de 50 o aumento de produção estava atrelado ao aumento da área cultivada em detrimento ao aumento do potencial genético da cultivar e da extração de nutrientes por hectare, neste contexto tivemos um forte nacionalismo que foi bastante abordado por Caio Prado Jr

encontramos os seguintes debates abordados: do feudalismo no Brasil, a estrutura de produção no campo, reforma agrária e estudos da legislação trabalhista para reforma agrária, o nacionalismo desta época era de extrema direita tendendo ao fascismo e o nacionalismo de esquerda comunista, dentro de uma realidade diversa encontramos o nacionalismo dentro de realidades diversas uma temática importante no seu estudo era a importância que o acesso à terra constituiria a melhor política de relação de trabalho seu estudo levou em consideração as relações coloniais. Nos anos 60 encontra-se presente, a temática do desenvolvimento econômico o parque industrial remanescente em contrapartida a fome os bolsões de miséria, o crescente êxodo rural ou seja uma época que encontramos um cenário que de um lado encontramos uma modernização do campo, levando uma redução significativa dos camponeses em relação à população urbana, com o capital reduzido no mercado contribuindo para a crise política e econômica neste cenário a demanda por reforma agrária vem se acentuando e que torna a principal bandeira de luta dos agricultores, neste período foi criada a Supra (Superintendência de Política e Reforma Agrária) objetivando a reforma agrária mas só que com os governos ditatoriais o processo de reforma não foi alavancado. Nos anos 60 há uma tímida luta pela reforma agrária, nesta etapa encontramos um modelo desenvolvimentista bastante desgastado, houve uma modernização no campo, mas as relações de trabalho ainda continuam emperradas, há uma evasão de capital financeiro para o campo, havia no momento repensar as estratégias na luta dos movimentos sociais no campo, havendo uma maior demanda dos espaços públicos para ter maior visibilidade dos movimentos. A atuação do partido comunista teve um papel importante pois por sua trajetória teve como bandeira de luta as questões do campo, o combate ao coronelismo, a grilagem de terras era necessário reestruturar as relações no campo desfazer as amarras de um sistema atrelado ao feudalismo, havia uma diversidade de relações de trabalho no campo como exemplo: parceiros, sítiantes, arrendatários, sendo uma verdadeira massa de manobra nos currais eleitorais pois não votando nos candidatos dos proprietários da terra seriam retirados e logicamente estes candidatos não atuavam em prol de suas causas, quando o voto não era cobrado de uma forma ameaçadora ele era trocado por favores a fim de atender suas necessidades pessoais, chegava ao cúmulo de dar um pé de sandália e depois das eleições recebia o outro pé, documentos pessoais eram retidos e até mesmo dinheiro e transporte no dia da eleição era garantido tais práticas ainda são encontradas infelizmente no campo nos dias atuais. Sendo assim a grande maioria dos agricultores que estabeleciam esta relação de

trabalho nunca tiveram acesso a terra, surgindo assim uma luta por uma remuneração digna, a fim de eliminar os (boros, vales) que na verdade passavam de longe a ser comparado a um salário digno. Este conflito já ocorria em meados dos anos 70 e em meados dos anos 90 os índios passaram a reivindicar pela revisão das suas terras, na qual houve contestação por parte da Aracruz celulose o que levou os indígenas a realizarem a auto demarcação, tais fatos geram uma certa tensão no Município, pois boa parte da arrecadação municipal é proveniente desta empresa. Outra problemática encontrada na cultura do eucalipto é alelopatia substancia que é produzida em seu metabolismo e interfere na produção de outras culturas também no solo principalmente há uma forte competição da cultura do eucalipto uma por água e nutrientes. Dentro desta ótica vem sendo crescente a relação da monocultura do eucalipto e a grande propriedade.

O Espírito Santo possui quase 90% de seu território composto por Mata Atlântica com o estabelecimento dos primeiros vilarejos deu o início da derrubada das matas para iniciar a agricultura e retirada da madeira de lei, a cultura canavieira era concentrada no sul do estado enquanto o norte e a região serrana não foi dada a sua exploração compondo uma grande cobertura vegetal com a exploração cafeeira no Vale do Paraíba o Café veio a substituir a cana de açúcar o que dinamizou a ocupação do território capixaba dado o processo de colonização por imigrantes italianos e alemães o que acarretou um importante papel a cultura no estado, contudo na alta dos preços gerou a derrubada de novas áreas, com a construção da ponte do Rio Doce inicia a ocupação da região norte caracterizando a concentração de terras intensificando a atividade madeireira e a agropecuária nos anos 70 surge a monocultura do eucalipto o que gerou pressão no avanço do território das terras indígenas gerando um conflito, paralelamente, segue a luta dos movimentos do campo com uma proposta de reverter este quadro, surge um novo projeto político pedagógico de educação do campo, mediante a extensos debates tendo ações educacionais orientadas para o resgate de processos sócio educativos, resultado de uma prática contínua que está envolvida com uma ação democrática da educação, neste contexto o CEIER (Centro Estadual Integrado de Educação Rural) tem a proposta de mudar um quadro no qual a educação do campo era marcada por precariedades em todos os sentidos o de material, de equipe pedagógica, regularidade do transporte escolar etc. Possuindo 3 unidade no Espírito Santo: Águia Branca, Vila Pavão e Boa Esperança e com uma formação voltada para as práticas Agroecológicas

mediante a elaboração e realização dos temas Geradores (Água, Solo, Questão Agrária e Agrofloresta) trabalhados de forma interdisciplinar com toda a equipe de professores, da base nacional comum: matemática, história, etc e os do campo: agrônomos, Zootecnistas, Veterinários ou Licenciados em Ciências Agrícolas durante o planejamento semanal são elaboradas todas as atividades a serem apresentadas e realizadas pelos alunos nos seguintes formatos: cartazes, músicas, paródias, folder, maquetes, teatro e vídeos, dentro de uma proposta de uma formação integral valorizando principalmente os saberes da terra proporcionando um espírito empreendedor dos educandos em suas propriedades; ou seja o CEIER é um projeto que assegura a autonomia e o resgate de culturas a interculturalidade das comunidades evidenciando o processo de ensino aprendizagem com a comunidade. O CEIER foi criado em 1982 e no ano seguinte o de Pavão e Águia Branca, pela SEDU (Secretaria de Estado da Educação e Cultura e em 1986 foi firmado acordo com a (SEAG) Secretaria de Estado da Agricultura e EMCAPA atual (INCAPER). O CEIER tem público principalmente voltado para os filhos de agricultores, a dinâmica dos centros é uma escola de tempo integral. O principal norteador dos trabalhos dos CEIER é o seu PPP (Projeto Político Pedagógico) proposta no qual terá a convergência e a participação de todos da comunidade escolar mediante a todos os pensamentos, práticas ou seja é um processo que sempre estará em permanente construção, neste sentido torna-se fundamental o esforço conjunto. A escola do campo possui uma grande importância na transformação social em um cenário de um processo educacional deteriorado, há uma grande necessidade do reconhecimento do seu espaço de reflexão da realidade dos povos do campo desta forma não podem estar sujeitos aos interesses do capital, o campo diferentemente do espaço urbano caracteriza-se por ser o território das florestas da pecuária nela estão também inseridas as comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhos e portanto a relação com os biomas tem uma relação tênue que o equilíbrio permanentemente pode ser ameaçado e a importância das intervenções devem ser de cunho sustentáveis, o CEIER historicamente tem desempenhado um trabalho permanentemente na consolidação das políticas públicas na consolidação através de sua gestão e parceria local com o INCAPER e mediante a sua participação no conselho de desenvolvimento rural sustentável, que é o exemplo como na prática o CEIER pode-se encaminhar um processo de preservação dos biomas, os trabalhos do conselho seguem inicialmente com a proposta de avaliar através de um diagnóstico dos problemas e potencialidades do município e este diagnóstico é elaborado de forma participativa no

município envolvendo o poder público do município, as associações de agricultores e EFA's (escolas famílias agrícolas) e CEIER. O conselho é organizado em três eixos: Meio ambiente; Econômico/produtivo e Social (este contempla aspectos sociais, culturais e políticos), o que vai culminar na assistência técnica aos produtores rurais. O CEIER tem uma participação efetiva que não restringe apenas na participação das reuniões convocadas pelo secretário de agricultura, o CEIER participa de forma deliberativa com poder de decisão de voto registrado em ata, posteriormente levando a comunidade e os projetos a serem desenvolvidos nas comunidades atendendo os agricultores de forma democrática, a parceria com INCAPER proporciona ao CEIER a participação de dia de campo em suas unidades troca de informações técnicas e participação conjunta em projetos como: ASA Capixaba (projeto de construção de cisternas no combate a seca), o projeto Corredores Ecológicos um projeto que tem por objetivo reduzir os fragmento de floresta possibilitando a conservação dos biomas e dos recursos naturais, foi determinado neste projeto dez áreas prioritárias com o objetivo de preservação de áreas permanentes e fomentar áreas de reservas legais, implementar sistemas florestais, O CEIER desenvolve um trabalho de sistema agroflorestal esta temática é bastante trabalhada que no seu PPP é dedicado o tema gerador agrofloresta A agrofloresta consiste do uso de uma determinada área na qual encontraremos a combinação das espécies arbórea tanto podendo ser lenhosas como arbóreas, com a introdução de espécies de cultivos agrícolas e animais realizados de forma sequencial a fim de dar uma rentabilidade ao pequeno produtor e tanto estabelecer a preservação ambiental, no CEIER é mantido um viveiro de mudas de sementes obtidas do seu SAF (sistema agroflorestal) que é repassado aos filhos dos produtores e comunidade, nas aulas de campo é estimulado ao aluno o replantio de mudas e realizar o uso sustentável de suas propriedades. O planejamento dos corredores ecológicos no Espírito Santo foi realizado mediante encontros regionais composto de uma equipe multidisciplinar: Incaper, Iema, GTZ da Alemanha, Associação de Produtores Agrícolas, Sindicatos Rurais, representantes da prefeitura e professores do CEIER. Este processo foi iniciado em 2003, envolvendo 78 municípios sendo realizados 4 encontros regionais, posteriormente foram realizado grupos de articulação regionais cabendo ao CEIER o trabalho pedagógico de realizar em suas unidades oficinas e apresentação do projeto a toda a comunidade sobretudo a repassar aos agricultores pais de alunos a relevância de preservação em suas propriedades, a terceira etapa em 2005 foi estabelecido um novo ciclo de debate em relação a definição das áreas prioritárias do projeto levando em

consideração aspectos técnicos como a área de fragmento, a proximidade destes, possibilidade da exigência de unidades de conservação dos fragmentos, recursos hídricos, presença de instituição de ensino e projetos sustentáveis já desenvolvidos. Na quarta etapa de encontros resulta na elaboração de planos de ação para elaboração de 10 corredores prioritários levando em consideração o bioma das áreas recursos hídricos e a produção estabelecida nas áreas sendo assim estabeleceu os seguintes corredores: Córrego do Veado, Pedra do Elefante, Sooretama- Goytacases –Comboios, Alto Misterioso, Complexo - Centro Norte Serrano, Duas Bocas – Mestre Álvaro, Saira Apunhalada, Caparaó, Burarama – Pacotuba – Cafundó e Guanandy. A Mata Atlântica possui uma grande diversidade de Biomas desde o sul ao nordeste brasileiro e sua devastação tem raízes históricas desde o descobrimento do Brasil, devidos a todos os ciclos exploratórios aliados a uma legislação ambiental tardia atualmente requer a atenção de uma equipe multidisciplinar, e tal exploração inadequada acabou gerando a fragmentação da mata atlântica aliado a industrialização e a urbanização também tem colaborado neste processo infelizmente ainda há a cultura dos condomínios a beira mar e de mansões em áreas de encosta nas áreas urbanas e por vezes há uma “tolerância de fiscalização” para este uso desordenado do espaço público gerando enorme especulação imobiliária. Está na constituição que a Mata Atlântica é patrimônio nacional então esta fragmentação de Biomas além de levar a erosão genética a perda de espécimes pela dificuldade reprodutiva pela fragmentação de biomas, na grande maioria os primatas e aves são os dispersores de sementes e o seu trato intestinal também é o responsável pela quebra de dormência de sementes o que facilita a germinação das mesmas, reconectando estes biomas forma-se um corredor de passagem entre as espécies facilitando a reprodução e consequentemente aumentando a população e aumentando a área de dispersão de sementes. Preservar os bioma em todo Brasil inclusive no solo capixaba é importantíssimo pois muitas espécies precisam ser preservadas afim de evitar a extinção de espécies e a biopirataria, no Espírito Santo a Mata Atlântica a extração madeireira, cafeicultura e industrialização proporcionaram a redução da mata atlântica no território capixaba.. Com esta convergência de esforços do Iema, Incarper e o CEIER foi proporcionado um novo cenário nas políticas públicas do Espírito Santo pois a responsabilidade de conservação não pode estar centralizada em apenas em uma autarquia repetindo as responsabilidades técnicas de cada autarquia, há um longo processo a ser percorrido na questão ambiental deveremos fazer inventário de espécies estudo de biomas, a educação ambiental, pesquisa universitária levando os aspectos

sociológico, antropológico e político, pois a preservação dos biomas não resume-se apenas em técnicas agronômicas que iremos restabelecer os biomas pois há aspectos culturais envolvidos neste processo. Neste sentido a educação do campo torna-se importante ferramenta no implemento de políticas públicas para a preservação ambiental, criar um projeto político pedagógico de escola do campo foi um grande avanço neste processo que colaborou em um diferencial de políticas públicas no Espírito Santo, pois muitos políticos na época da criação dos CEIER e das EFAS que trabalham a pedagogia da alternância) criticavam como a SEDU manteria 3 unidades de escolas diferenciadas das outras escolas de sua rede e as EFAS como a política da alternância poderia colaborar em políticas públicas se o educando passa uma semana em sua residência e outra na escola na realidade a semana que está em casa o educando irá desenvolver um trabalho já delineados por seus professores em suas comunidades e também é o momento no qual o educando transmite seus conhecimentos, o que na prática é um verdadeiro engano pensar que o investimento na educação do campo não traz resultados práticos, pois o investimento leva em conta a demanda dos movimentos sociais pois na educação do campo há uma gestão democrática de sua unidade quanto ao colegiado formado pela associação de pais e professores mantidos permanentemente, a escola presta conta de toda a sua gestão, não só do financeiro que o Estado investe os recursos que a SEAG repassa ao CEIER mas há uma participação na escolha e compra e uso destes materiais adquiridos podendo ser utilizado também em parceria com as secretarias do município há também a apresentação dos resultados até da produtividade agroecológica alcançada, os educandos também recebem estes dados a fim garantir a ampla participação de toda comunidade. O CEIER por estar diretamente ligado as comunidades permite participar da elaboração das políticas públicas do município devido o contato direto com os gestores municipais retornando as articulações estabelecidas a comunidade escolar difere das escolas unidocentes e mutisseriadas, a educação do campo vem a fortalecer o projeto de uma política pública de preservação de biomas que segue uma linha estabelecida pelo direito ambiental proposto pela constituição de 1988 a fim de que venhamos a garantir a todos os brasileiros uma boa qualidade de vida e preservação dos recursos naturais, dentro de um princípio de uso sustentável pois em ausência de tais políticas públicas estaríamos ameaçados da exclusão de muitos direitos constitucionais pois as políticas públicas vão além da preservação ambiental, como saúde, segurança e educação. Na realidade quando temos políticas públicas assegurada no campo também teremos políticas públicas nas cidades

pois a migração do campo para cidade também contribui para o aumento da violência urbana, mediante a este quadro quando realizamos uma política de valorização da agricultura familiar evitamos a marginalização do agricultor e podemos transferir as políticas públicas do campo as cidades. Um exemplo disto é a feira agroecológica em Vitória, pois lá encontramos barracas padronizadas e a comercialização realizada pelos agricultores familiares e não atravessadores quando o governo capixaba proporciona um espaço organizado dá um grande incentivo a produzir e também a extensão rural pois as técnicas agroecológicas repassadas pelos extensionistas do INCAPER são realizadas na práticas. Atualmente a mídia tem debatido a problemática do crack nos centros urbanos, travando um debate contínuo sobre a internação voluntária ou compulsória, independente do caso, o dependente químico já se encontra em um estado crítico torna-se muito caro para o Estado o seu tratamento e custo de internação. Já um projeto de fazendas agroecológicas com uma equipe multidisciplinar de médicos e técnicos traria uma ocupação terapêutica e uma produção agroecológica que posteriormente poderiam ser encaminhados a uma qualificação como nos cursos técnicos que são proporcionados pela SEDU, a produção destas fazendas agroecológicas poderiam ser enviadas para as feiras agrícolas ou como no Rio de Janeiro a restaurantes populares que ajudariam na alimentação da população de baixa renda. Neste sentido podemos ver que as políticas públicas devem ser uma convergência de projetos e que cada um complementa o projeto seguinte dando uma grande sustentabilidade do meio ambiente e gerando uma economia solidária, exemplificada pela comunidade do bairro de São Benedito, em Vitória, que criaram sua própria moeda o Bem, no qual estabelece uma rede de solidariedade, que proporciona crédito e valoriza o consumo justo consciente, pois não há a lógica da acumulação do capital, ou seja a moeda Bem, nos exemplifica que a cidadania é atingida não somente pelas políticas públicas de governo que com a participação do povo as políticas públicas também podem ser atingidas.

Considerações finais

Devido a descentralização das políticas pública no Espírito Santo e com adoção de práticas inovadoras, como a criação dos CEIER's, foi proporcionado uma participação de forma desafiadora dos CEIER's na adoção de práticas agroecológicas na convergência de técnicas e estudos tanto na formação dos educando como em ações práticas na preservação dos Biomas no Norte capixaba juntamente com as instituições

públicas de assistência técnica, neste sentido estamos dando um salto do rural do atraso para o rural das possibilidades, pois as políticas públicas tem que estar atreladas a um projeto de desenvolvimento econômico governamental diferenciado e participativo pois quando encontramos políticas públicas assistencialistas que tornam o produtor dependente do assistencialismo governamental que muitas vezes não deixa o produtor autossuficiente dependente dos cartões governamentais e o confunde pensando que com aumento de sua renda fica excluído dos programas governamentais, estes projetos na realidade devem ser emergenciais e não permanentes e alavancar as potencialidades em outros projetos o qualificando para ser autônomo em relação a proteção biomas e melhoria de sua condição social. O Meio Ambiente não deve ser intocável, na verdade podemos utilizar os recursos naturais, contudo mediante o uso sustentável dos recursos naturais e para isto o produtor tem que estar tecnicamente preparado a fazer o uso de técnicas agroecológicas para aplicar as intervenções necessárias para atingir o equilíbrio dos biomas.

Bibliografia

Projeto político pedagógico da educação do campo/ organizadores Rogério Drago, Maria Hermínia Baião Passamai, Gilda Cardoso de Araujo: colaboradores, Paulo da Silva Rodrigues, Marcelo Lima – Vitória, ES: Ufes, Programa de Pós Graduação em Educação, 2010.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. Perspectivas para uma nova Extensão Rural. IN: Etges, Virgínia Elisabeta (org.). **Desenvolvimento rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2001; p.19-52.

Cunha, E, P Cunha E.S.S. “ Políticas Públicas Sociais”, in Políticas Públicas, organizado por Carvalho, A Salles, F Guimarães, M Ude, W Editora UFMG, Belo Horizonte, 2002.

Navarro, Z . Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. Estudos Avançados, São Paulo.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2003.